ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DESEMB - ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
7 de junho de 2011

REMESSA EX-OFFICIO Nº 24080255912 - VITÓRIA - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

:

REMETENTE : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE VI
RELATOR DES. ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
REVISOR DES. NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO

RELATÓRIO

VOTOS

O SR. DESEMBARGADOR ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON (RELATOR):-

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL Nº 024080255912.
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE VITÓRIA.
APELANTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
APELADA: SISTEMI LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
RELATOR: DESEMB. Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon.

RELATÓRIO

Cuida-se de remessa necessária e apelação cível interposta pelo ESTADO DO ESPÍRITO SANTO contra a r. sentença proferida pelo JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE VITÓRIA que, nos autos da ação mandamental preventiva movida pela SISTEMI LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, concedeu a segurança pleiteada, determinando a emissão das guias de exoneração do ICMS na quantidade necessária para o acobertamento do bem arrendado pela impetrante através do contrato de leasing ali discriminado, uma vez que a hipótese de incidência do referido tributo somente se caracteriza quando ocorre a circulação jurídica da mercadoria (transferência da propriedade), que, in casu, não ocorreu.

O ente público apelante aduz que o art. 155, §2º, IX, "a", da Constituição de 1988, é expresso quanto à incidência do ICMS sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica.

Sustenta que, muito embora para a configuração da circulação da mercadoria seja necessária a efetiva transferência do domínio do bem (circulação jurídica e não apenas física), esta exigência não se aplica em relação à incidência do ICMS em razão de

importação de bens e mercadorias, para a qual é suficiente a caracterização do fato gerador (que é a entrada do bem importado em território nacional, independentemente do regime de contratação ou finalidade da mercadoria).

Assinala que a Lei Complementar nº 87/1996, em seu art. 2º, §1º, I, também dispõe acerca da incidência do ICMS com mero ingresso do bem em território nacional.

Afirma que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal corrobora o entendimento segundo o qual incide o ICMS sobre a entrada da mercadoria importada independentemente da natureza do contrato internacional, sendo legítima a sua incidência na importação de bem decorrente de contrato de arrendamento mercantil.

Destaca que não se aplica ao caso concreto o que restou decidido no RE nº 461.968-7/SP, pois naquele caso a decisão foi tomada em razão das especificidades do contrato de arrendamento mercantil celebrado com indústria aeronáutica de alto porte, em que a transferência posterior do domínio simplesmente não é possível.

Consigna que, no presente caso, o contrato de arrendamento mercantil foi celebrado com possibilidade, se não obrigatoriedade, de compra ao término do contrato, aplicando-se, assim, o precedente lavrado pelo Plenário do STF no julgamento do RE nº 206069/SP.

Por fim, insurge-se contra a sua condenação ao pagamento das custas remanescentes, dada a ocorrência de confusão, nos moldes do art. 381 e seguintes do Código Civil, conforme posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.

É o breve relatório.

Ao judicioso revisor.

Vitória (ES), 25 de abril de 2011.

DESEMB. ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON

RELATOR

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL Nº 024080255912.

REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE VITÓRIA.

APELANTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

APELADA: SISTEMI LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

RELATOR: DESEMB. Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon.

VOTO

Conforme relatado, trata-se de remessa necessária e apelação cível interposta pelo ESTADO DO ESPÍRITO SANTO contra a r. sentença proferida pelo JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE VITÓRIA que, nos autos da ação mandamental preventiva movida pela SISTEMI LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, concedeu a segurança pleiteada, determinando a emissão das guias de exoneração do ICMS na quantidade necessária para o acobertamento do bem arrendado pela impetrante através do contrato de leasing ali discriminado, uma vez que a hipótese de incidência do referido tributo somente se caracteriza quando ocorre a circulação jurídica da mercadoria (transferência da propriedade), que, in casu, não ocorreu.

QUESTÃO DE ORDEM.

A questão tratada nos autos versa sobre a incidência ou não do ICMS sobre as importações de bens arrendados, cujos arrendatários/importadores, como sabido, não recebem o bem na qualidade de proprietário, permanecendo o domínio dos arrendantes/exportadores.

A jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, apesar de orientações opostas de passado não muito longínquo, definiu que pela não incidência do aludido imposto na importação dos bens arrendados, sem ressalvas quanto ao tipo de bem, fundando-se

no princípio da liberdade de contratar e, também, por considerar que no leasing não há circulação de mercadoria (EREsp 823956/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2007, DJe 17/11/2008).

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal - que, inicialmente, havia se manifestado pela incidência do tributo no caso de bem arrendado importado (RE 206.069/SP), mas, posteriormente, alterou esse entendimento (RE 461.968/SP), passando a admitir sua não incidência sobre determinados bens - reconheceu a repercussão geral da matéria, nos autos do RE 540829/SP, de relatoria do Ministro GILMAR MENDES, na sessão do dia 26/08/2010, nos termos da seguinte ementa:

Recurso extraordinário. Tributário. ICMS. Importação. Arredamento Mercantil. Fato gerador. Repercussão geral reconhecida.

Por meio da referida decisão, operou-se o sobrestamento de todos os recursos extraordinários que veiculem o tema objeto da repercussão geral, nos moldes do art. 543-B, do Código de Processo Civil, porém, o Ministro Relator não se valeu do disposto no art. 328 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal

, que autoriza a extensão da suspensão a todas as demais causas com questão idêntica (como se deu, por exemplo, no caso das causas relativas aos expurgos inflacionários).

Entretantes, entendo prudente o sobrestamento do presente feito até que a matéria seja definida pela Corte Suprema, evitando decisões díspares acerca da questão, que transpassa, sobretudo, por um dispositivo constitucional (art. 155, II, §2º, IX, "a"), cujo STF está incumbido de zelar pela correta aplicação e uniformização.

Advirto que o sobrestamento deverá se dar pelo prazo inicial de 180 (cento e oitenta dias), permanecendo os autos sob a guarda da Secretária desta Egrégia Segunda Câmara Cível, que deverá promover cuidadoso agendamento, fazendo-os conclusos a este Relator quando vencido o prazo, caso não seja antes requisitado.

Posto isso, submeto a presente questão de ordem a este Colendo Colegiado, objetivando suspender o presente recurso, interposto contra decisão concessiva de segurança, a fim de aguardar a orientação a ser firmada pelo STF.

É como voto.

*

O SR. DESEMBARGADOR NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO :-

*

O SR. DESEMBARGADOR MARIA DO CEU PITANGA PINTO :-

*

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, REMESSA EX-OFFICIO Nº 24080255912 , em que são as partes as acima indicadas, ACORDA o Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo (Segunda Câmara Cível), na conformidade da ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, em, à unanimidade, acolher a questão de ordem para suspender o julgamento do presente recurso, nos termos do voto do e. relator.

*

*

*